

# No Mesmo Barco

*Economia - Brasil*

A composição do ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões confirmou, pelo menos, a promessa do presidente Fernando Henrique de que a maior parte do sacrifício recairia sobre o setor público. Somando-se os cortes diretos do Orçamento da União para 1999 (R\$ 8,7 bilhões) aos R\$ 5,5 bilhões que a Previdência Social deve arrecadar dos servidores públicos ativos e inativos, tem-se que mais da metade do ajuste virá do setor público.

Para a proposta materializar-se, é preciso, porém, que três quintos do Congresso aprovem as medidas. Como o desconto das aposentadorias e pensões dos inativos da União é novidade e todos os servidores públicos ativos (que só há três anos passaram a descontar 11% para a Previdência) e inativos ainda recolherão 20% sobre o que exceder a R\$ 1.200, pode-se esperar forte resistência corporativa do funcionalismo.

O funcionalismo exerce enorme influência sobre os deputados e senadores, já que os políticos têm uma constelação de parentes e conhecidos nomeados e apadrinhados nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nos três níveis da administração (federal, estadual e municipal). Mas não há outra forma de combater o déficit público.

O enorme rombo da Previdência Social no Brasil não provém dos 16 milhões de segurados do INSS. Como o número de contribuintes é muito maior e uma parcela expressiva de altos funcionários na iniciativa privada contribuiu durante vários anos pelo teto de 20 salários mínimos (limite reduzido pela Constituição para 10 salários em 1988) o rombo da previdência social que atende o trabalhador da iniciativa privada ou amparado pelo regime da CLT não passa de R\$ 7,5 bilhões.

Entretanto, na previdência pública, que atende os servidores, inativos e pensionistas da União, estados e municípios, o déficit é desconcomunal. Os servidores públicos federais, estaduais e municipais contribuem com apenas R\$ 2 bilhões, para um montante de compromissos da ordem de R\$ 18 bilhões. Ou seja, sete vezes e meia maior, como frisou ontem o ministro da Fazenda Pedro Malan em sua exposição.

O rombo total da Previdência Social é de R\$ 23,5 bilhões, e a fatia dos servidores públicos e inativos do serviço público responde por mais de 70% do déficit. É a aplicação do princípio da equidade fiscal, a exigência de que os servidores entrem com a sua cota de sacrifício.

Se os funcionários públicos não passam de 5,5 milhões de pessoas em todo o país (10% da população economicamente ativa), não é justo que os contribuintes, que já arrecadam uma enormidade para sustentar salários e aposentadorias, em troca de serviços nem sempre satisfatórios, venham a pagar mais por isso. Ainda mais porque todos os segurados do INSS, quando se aposentam, sofrem perda brutal de renda.

Quem duvidar da desigualdade, pergunte a engenheiro de empresa privada, que durante dez anos contribuiu no limite de 20 salários mínimos para o INSS e desde 88 teve a aposentadoria achatada para dez salários, se ele acha justo um colega do DNER se aposentar com o salário integral, sem praticamente nunca ter contribuído para um fundo de previdência (nem vale comparar a diversidade das funções, a cobrança de eficiência e produtividade e o risco da demissão no setor privado).

É uma pena que o governo não tenha situado a questão nesses termos durante as negociações da reforma da Previdência. Os lobbies do funcionalismo público, há muito representados pela CUT (que virou central sindical com predominância dos servidores públicos e de funcionários das estatais) fizeram muito barulho e acovardaram os políticos.

A sociedade não aceita mais ser convocada para enxugar gelo. Pagar mais a Cofins e a CPMF, cuja elevação em 90% no ano que vem deverá esvaziar ainda mais o mercado acionário do Brasil, provocando uma migração dos lançamentos para a Bolsa de Nova Iorque, e onerar significativamente o setor produtivo, só será medida politicamente palatável se os sacrifícios forem compartilhados por todos: pelos funcionários públicos, pelos governos estaduais e prefeituras e, sobretudo, pelos poderes Legislativo e Judiciário.